

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Estudo Técnico Preliminar 7/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A Seção de Subsistência (SSU) atende todo o efetivo do Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ), sendo mais de 16 Unidades da Guarnição da Aeronáutica de São José dos Campos e a escola Casemiro Montenegro Filho. Trata-se de um item indispensável para assegurar a hidratação adequada e contribuir para a promoção de um ambiente saudável, alinhado às diretrizes de bem-estar e saúde. Adicionalmente, a SSU oferece suporte logístico a comitivas, reuniões, cursos, treinamentos, visitas técnicas e outros eventos institucionais. Essas atividades frequentemente demandam uma quantidade extra de insumos, como água mineral, para assegurar o fornecimento adequado, especialmente em situações de possíveis imprevistos logísticos. Por fim, a aquisição de água mineral está plenamente alinhada às estratégias do Planejamento Institucional, garantindo que as necessidades operacionais e humanas sejam atendidas de forma eficiente e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela organização.

A essencialidade e o interesse público da contratação se difundem com a necessidade de se possuir Forças Armadas, em específico a Força Aérea Brasileira, na garantia da soberania do espaço aéreo, pois a alimentação e a hidratação da tropa são essenciais para a manutenção das atividades, seja em tempo de paz ou em tempo de guerra. Portanto, a contratação de bens para atingir este objetivo é condição sine qua non na rotina de defesa da soberania nacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Renan Flores Cap Int

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A futura solução será disciplinada de acordo com as normas: Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

Trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, o fornecedor deverá, no que couber conforme a solução alcançada: Fornecer os bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Ademais deverão ser observadas as orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizados pela Consultoria-Geral da União conforme a solução encontrada pela Administração.

Devido às características de armazenagem e as condições da elaboração das refeições da SSU, as entregas dos bens deverão ser conforme as necessidades deste Setor, que será realizado conforme pedido parcial. A contratada deverá cumprir com as obrigações e demais condições de entrega, que serão descritas no Termo de Referência.

A solução adotada utilizará a modalidade de Sistema de Registro de Preços, pois, considerando as características físicas da SSU supramencionadas, há a necessidade de contratações frequentes devido ao estoque possuir capacidade limitada. O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 meses podendo ser prorrogável por mais 12 meses.

O prazo de vigência da contratação é de 35 dias úteis contados da data da emissão dos Instrumentos Substitutivo do Termo de Contrato (Nota de Empenho).

Deverão ser observados os critérios para aferição dos limites de valor dispostos no art.4 da Lei 14.133 de 2021, que trata sobre a participação de EPP e ME.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e tendo o seu quantitativo renovado para a quantidade original da Ata de Registro de Preços.

5. Levantamento de Mercado

Para o levantamento de possíveis soluções foram realizadas pesquisas de Estudos Técnicos Preliminares elaborados por outras instituições, inclusive contratações realizadas anteriormente pela SSU que supriram a necessidade similar a encontrada neste Estudo Técnico Preliminar. Tendo em consideração as características das estruturas físicas, dos equipamentos e recursos humanos capacitados já presentes na SSU, como mencionados anteriormente. Também foram realizadas pesquisas no mercado atual através de sítios eletrônicos especializados em comercialização de produtos e prestação de serviços que possam ser uma possível solução da necessidade apontada.

Face ao exposto as seguintes soluções foram encontradas:

Nº	SOLUÇÕES	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL	Melhor aproveitamentos dos recursos já presentes na Administração, como supracitado. Variedade de opções no mercado. Amplo alcance de competitividade, devido a variedade de fornecedores que podem ofertar os bens. Características dos objetos sendo considerado comum.	Grande variação dos preços no mercado durante o decorrer do ano.

2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL	Contratações esporádicas, devido aos bens serem considerados permanentes.	Se tratando do serviço de subsistência e aos serviços de apoios prestados pela SSU, há local onde a instalação de equipamentos se torna impraticável.

6. Descrição da solução como um todo

A partir do item anterior, a solução que atenderá a necessidade presente será a aquisição de água mineral. Tendo em vista as características das estruturas físicas, equipamentos e recursos humanos capacitados já presentes na SSU, além dos serviços de apoio prestados.

Os produtos do futuro processo servirão para manter a continuidade das atividades desenvolvidas pela SSU. Estes insumos proporcionarão a consecução das atividades incumbidas a esta Administração, a fim de atender toda GUARNAE-SJ, para que assim o GAP-SJ cumpra a sua missão institucional e as atribuições estabelecidas por meio de seu Regimento Interno.

Para esta aquisição deverão ser observados os próximos apontamentos:

Deve-se considerar que as entregas são realizadas conforme o planejamento das preparações da Seção de Subsistência, dificultando o controle e a utilização de materiais com qualidades distintas, uma vez que são produzidas, aproximadamente, 7000 refeições por dia. Tamanha gestão dificulta a administração de diferentes fornecedores, podendo, de maneira insonte, ocasionar até mesmo dano ao erário devido às regras e especificidades da contratação através das cotas reservadas.

De acordo com o art. 8º do Decreto 8.538, de 2015, as entidades contratantes deverão reservar cota às microempresas e empresas de pequeno porte "DESDE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO PARA O CONJUNTO OU O COMPLEXO DO OBJETO", ratificando o esclarecimento acima.

Será utilizada a modalidade pregão eletrônico devido os seguintes levantamentos: melhora nas questões quanto à celeridade, eficiência, desburocratização, economia e publicidade, melhorando consideravelmente a questão da ampla divulgação do certame. Além do objeto, a ser licitado, possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Consoante com o art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O critério utilizado será o de menor preço, considerando menor dispêndio para os recursos públicos, uma vez que esta Organização poderá adquirir produtos simples pelo menor custo possível no mercado atendendo os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

A combinação da modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento sendo o menor preço contribuirá para a isonomia entre os participantes, permitindo ampla concorrência e, simultaneamente, contribuindo para a economicidade da administração pública.

A combinação dos modos de disputa aberto e fechado pode oferecer uma abordagem mais completa e equilibrada para conduzir uma licitação, maximizando os benefícios de transparência, competitividade, sigilo e eficiência.

Será exigida qualificação econômico-financeira. Tal exigência se justifica pela aferição da equilibrada situação financeira da empresa, assegurando esta Administração na futura execução integral do contrato por parte da licitante vencedora. Importante ressaltar que a qualificação econômico-financeira não será exigida para os itens cujos valores sejam inferiores ou iguais a um quarto do limite para dispensa de licitação, conforme inciso III art. 70 da Lei 14.133 /2021.

Conforme art. 4º da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, "Os editais ou os avisos de contratação das pessoas físicas de que trata o art. 2º, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição.", há previsão de contratação de pessoas físicas. Todavia, o parágrafo único diz: "Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar". Assim sendo, devido à necessidade de equipamentos específicos para a realização das entregas como, por exemplo, veículo refrigerado, torna-se incompatível a contratação de pessoa física.

O prazo de execução estipulado assegura o abastecimento regular dos estoques da Administração, evitando desperdícios e reduzindo a necessidade de grandes armazenagens, o que pode impactar a logística interna. O prazo estabelecido é compatível com as boas práticas do mercado e com a capacidade operacional de diversos fornecedores, permitindo um planejamento adequado da produção e distribuição, sem comprometer a eficiência das entregas. Ressalta-se que, em processos semelhantes já conduzidos pela SSU, esse prazo de execução foi mantido. Além disso, um prazo mais extenso poderia aumentar o risco de desabastecimento, especialmente em períodos de maior consumo ou diante de dificuldades logísticas inesperadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foi utilizado como metodologia de cálculo para fins da estimativa da quantidade total dos itens, o documento "Memória de Cálculo" onde constam maiores detalhamentos dos cálculos utilizados para a estimativa da demanda. O documento citado será incluído no subprocesso.

7.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QTD ESTIMADA
1	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Copo com capacidade de 200 mililitros.	UN	480	36.000	47.180
2	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Garrafa com capacidade de 1500 mililitros.	UN	120	60.000	66.950
3	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Garrafa com capacidade de 510 mililitros.	UN	120	18.000	21.350

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 214.799,90

O custo estimado da contratação é de R\$ 214.799,90 (duzentos e catorze mil setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

8.1 Preços unitários referenciais.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	Valor de Referência Unitário R\$	Valor de Referência Total R\$
1	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Copo com capacidade de 200 mililitros.	UN	47.180	R\$ 0,98	R\$ 46.236,40
2	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Garrafa com capacidade de 1500 mililitros.	UN	66.950	R\$ 2,10	R\$ 140.595,00
3	Água mineral natural, sem gás, em embalagem descartável. Garrafa com capacidade de 510 mililitros.	UN	21.350	R\$ 1,31	R\$ 27.968,50

O documento Relatório de Pesquisa de Preço está anexado ao processo, o qual consta a metodologia utilizada para estimativa dos valores de acordo com a Instrução Normativa nº 65, de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se pelo parcelamento do objeto considerando suas características de fornecimento e as unidades de medidas, usuais do mercado, serem compatíveis com esta Organização Militar. Ademais o parcelamento também visa à ampliação da competição dos possíveis fornecedores. Desta forma, foi observado o que direciona o § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Estão sendo elaborados outros processos com o objetivo de aquisições de gêneros alimentícios diversos para que seja atendida a necessidade elencada neste Estudo. Ressaltando que para o preparo das refeições são necessários alimentos variados como proteínas, laticínios, hortifrutis e industrializados para a composição do cardápio disponibilizado diariamente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A futura aquisição está alinhada com Planejamento Anual de Aquisições e Contratações de 2026 do GAP-SJ e em conformidade com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Grupamento de Apoio de São José dos Campos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Este processo visa à aquisição de água mineral, com o intuito de realizar aquisições parceladas do material, pela modalidade Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, ao longo da validade da respectiva ata de 12 meses.

O objeto a ser adquirido será utilizado nos serviços de apoio, elencados inicialmente neste ETP, realizados pela SSU, atendendo todos os militares da GUARNAE e alunos do ITA.

Por conseguinte esta solução atenderá à atividade final da SSU destinada a toda GUARNAE-SJ, permitindo que o GAP-SJ cumpra a sua missão institucional e as atribuições estabelecidas por meio de seu Regimento Interno, pautado sempre pelos princípios da economicidade e eficiência, consequentemente levando um melhor aproveitamento dos recursos financeiros, materiais e humanos da Força Aérea Brasileira.

13. Providências a serem Adotadas

Para realização dessa aquisição será necessária uma comissão de recebimento de material, a qual foi designada pelo GAP-SJ. O documento citado será anexado ao processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens a serem adquiridos podem gerar impactos ambientais no meio ambiente, caso o descarte dos resíduos, após o uso, seja feito de maneira incorreta.

Para mitigar possíveis impactos ambientais a SSU possui uma política de logística ambiental onde é realizada a correta separação dos resíduos orgânicos, comuns e potencialmente recicláveis, oriundos do serviço de preparação e fornecimentos das refeições, acondicionados corretamente de acordo com sua classificação para posterior coleta pela empresa responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos técnicos preliminares evidenciaram que a solução apresentada para essa aquisição apresentou-se tecnicamente, economicamente e fundamentadamente necessária. Sendo assim, diante do exposto presente neste Estudo, esta equipe de planejamento declara viável a eventual aquisição, estando de acordo com as motivações presentes nos Estudos Técnicos Preliminares e nos demais documentos deste processo, aprova-se este ETP.a

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA BEATRIZ CONDE DA MOTTA BARONI

Secretária da Equipe de Planejamento

LEBRUNI SOUZA OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento

RENAN FLORES

Presidente da Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	06 - ETP_120016-000007-2026
Data/Hora de Criação:	20/01/2026 15:35:05
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	e0ea8ae41a913ed970772e6f61f2d172
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ANA BEATRIZ CONDE DA MOTTA BARONI no dia 20/01/2026 às 12:39:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LEBRUNI SOUZA OLIVEIRA no dia 20/01/2026 às 12:47:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RENAN FLORES no dia 20/01/2026 às 12:49:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RENAN FLORES no dia 20/01/2026 às 12:49:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JONATHAS HENRIQUE DE MELO no dia 05/02/2026 às 14:43:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ANDRE LUIZ RODRIGUES DA COSTA no dia 06/02/2026 às 06:29:38 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO